

As minorias fazem suas propostas. E os constituintes quase ignoram.

ANC
P X

JORNAL DA TARDE

Homossexuais, negros e índios: uma luta que ainda não sensibilizou os parlamentares.

Homossexualismo, discriminação racial, a questão indígena e a luta dos deficientes físicos. Estes são temas que até agora parecem não ter sensibilizado a maior parte dos integrantes da subcomissão dos Negros, Índios, Minorias e Deficientes na Constituinte. Em todas as audiências públicas até agora realizadas o número de parlamentares presentes não passou de cinco.

O público, entretanto, vibra, aplaude ou vaia as questões levantadas, deixando perplexos os constituintes diante do grau de organização de alguns desses movimentos.

O relator desta subcomissão, deputado Alcení Guerra (PFL/PR) já tem em mãos propostas concretas apresentadas por estes grupos, entre elas a dos homossexuais que querem modificar o parágrafo 1º do artigo 153 da Constituição, que trata da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Os homossexuais querem a seguinte redação na nova carta: "Todos são iguais perante à lei, sem distinção de sexo, orientação sexual (esta é a novidade que pretendem introduzir), raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punida pela lei qualquer manifestação preconceituosa ou discriminatória por razão de raça, cor ou orientação sexual".

A proposta dos homossexuais foi apresentada pelo representante do Grupo de Liberação Homossexual Triângulo Rosa, João Antonio Mascarenhas. Bastante nervoso, ele explicou que ao ser convocado sentiu medo de aparecer e protestar, temendo conseqüências indesejáveis. "Preciso fazer o 'mea culpa', disse ele, mas o que senti foi uma espécie de complexo de Joana D'Arc".

Negros

A opinião entre os constituintes é de que o movimento mais radical é o liderado pelos negros que defenderam as suas propostas sem oferecer muito espaço para questionamentos. Em uma reunião, o deputado Rui Nendel (PMDB/RS) foi quase massacrado pela platéia — composta quase toda por negros — quando cobrou do movimento uma atitude menos ressentida e sectária. "Sou descendente de alemães e também sofremos muito, assim como os negros, quando aqui chegamos. Hoje tanto os alemães como os negros estão bem integrados à sociedade no Rio Grande do Sul." A professora Lélia Gonzales, representante do Memorial Zumbi, em meio a aplausos da platéia, deu o troco: "A diferença é que os senhores vieram para cá espontaneamente e nós fomos trazidos como escravos".

Entre as propostas apresentadas pelo movimento negro está o respeito ao princípio da igualdade. "Já que hoje o negro no Brasil representa 60% da população — assinala o movimento — queremos garantir também a nossa participação em 60% dos empregos, das vagas nas escolas etc." O relator Alcení Guerra não tem esta opinião. "O princípio da isonomia poderia ser usado em casos específicos quando ficar caracterizada a discriminação. Mas como norma geral é inaplicável" — defende.

Nas propostas que levaram à Constituinte, os índios se mostraram mais preocupados em explicitar na nova Constituição a questão das terras indígenas. Eles não abrem mão do usufruto exclusivo do solo e subsolo e querem, ainda, respeito à sua autodeterminação.

Os deficientes físicos apresentaram 14 pontos em sua proposta, reivindicando um tratamento diferenciado pela Previdência Social. Igualdade de oportunidades, adaptações para os deficientes em transportes e nos acessos aos edifícios e a destinação de 10% da verba de cada município, para educação para os deficientes.

Já os deficientes mentais querem um salário mínimo para cada pessoa sem condições econômicas que presta assistência a um deficiente mental.